



## Sindsep participa do Dia Nacional em defesa da Educação

Estudantes e trabalhadores ocuparam na última terça-feira, 13, as ruas de todo o país para protestar contra a política de cortes do governo federal ao setor de educação e a reforma da previdência. Mesmo sob a ameaça de serem reprimidos à força pela Força Nacional, os manifestantes foram às ruas em todas as capitais e em mais uma centena de cidades Brasil a dentro.

As manifestações dessa terça-feira foram capitaneadas pela UNE e organizadas em todos os estados em parceria com as entidades representativas dos estudantes com o apoio das Centrais sindicais e sindicatos dos trabalhadores.

“Essa é uma resposta da população e mais especificamente dos estudantes e trabalhadores às

medidas desastrosas tomadas pelo governo Bolsonaro nesses primeiros sete meses de governo. Nem mesmo seus eleitores estão aguentando o despreparo do presidente”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Em São Luís (MA), a manifestação contra o corte de verbas para a Educação e a reforma da previdência reuniu milhares de pessoas na Praça Deodoro. Em seguida, estudantes e sindicalistas saíram em passeata até a Praia Grande.

“Estamos nessa luta ao lado dos estudantes por Universidades e Institutos Federais de qualidade e gratuitos para todos. Não podemos aceitar que as Universidades públicas sejam sucateadas”, disse o diretor de comunicação do Sindsep/MA, Marcos José Ferreira.



### NOTA DE FALECIMENTO

O Sindsep/MA lamenta a perda irreparável do companheiro Raimundo Makarra, funcionário da Ex-Roquette Pinto, que faleceu ontem, dia 14 de agosto, em decorrência de um AVC.



## Deputados aprovam MP que acaba com descanso aos domingos e horas extras

Por 345 votos a favor e apenas 76 contra, a Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (13) o texto-base da Medida Provisória (MP) nº 881/2019, conhecida como **MP da Liberdade Econômica** e também como **MP da Minirreforma Trabalhista** porque não trata apenas de desburocratização, como afirmou o governo e o deputado relator Jerônimo Goergen (PP-RS), trata também de alterações em regras trabalhistas.

A proposta aprovada, que ainda precisa ser votada no Senado até o dia 27 para não caducar (perder a validade), ampliou a permissão de trabalho aos domingos e feriados e estabeleceu que os patrões terão de permitir o descanso dos trabalhadores e trabalhadoras pelo menos um domingo a cada quatro semanas - o governo queria que a folga fosse após sete semanas. O texto também prevê que o trabalho aos domingos será remunerado em dobro, salvo se empregador der folga compensatória.

O secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, lembra que a CLT determinada que a cada sete dias, o trabalhador tem de ter uma folga. Na prática, a MP que deveria ser apenas focada na liberdade econômica, tira o direito ao descanso e, pior, ainda acaba com o pagamento em dobro do trabalho aos domingos e feriados, critica o dirigente.

### CUT tentou tirar todos os itens trabalhistas da MP, ao contrário do que diz site da Câmara

A CUT tentou o dia inteiro tirar **todas** as questões trabalhistas da MP da Liberdade Econômica, afirma Valeir desmentindo texto que está na página da Câmara dos Deputados. Segundo a matéria, Rodrigo Maia disse que negociou com

a CUT apenas a questão das sete semanas sem folga.

“Isso não é verdade. Fomos lá para tentar acabar com a minirreforma trabalhista. O que negociamos foi a retirada de todos os itens trabalhistas da MP que deveria tratar de questões econômicas para abertura de empresas, desburocratização etc”, diz o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT.

De acordo com ele, a CUT jamais concordaria com o trabalho aos domingos para todos os trabalhadores e trabalhadoras, e ainda sem pagamento em dobro. Muito menos com as novas regras de ponto que praticamente acabam com o pagamento de horas extras”, reforça Valeir.

O secretário se refere a outro item da MP que muda as regras de registro de ponto, dificultando o pagamento de horas extras. Agora, bater o cartão vai ser “por exceção à jornada regular, anotando apenas os horários que não coincidam com os regulares”. É isso será feito mediante acordo individual ou coletivo. Ou seja, o trabalhador vai negociar com o patrão.

Os deputados também aprovaram item que prevê a ampliação de 10 para 20 do número mínimo de funcionários de uma empresa em que será obrigatório controle de jornada de trabalho. Isso significa que empresas com até 20 empregados não precisam controlar o ponto de seus funcionários.

**Para o PT e os demais partidos de oposição**, o governo Bolsonaro tenta fragilizar a possibilidade de cobrança das horas extras devidas pelo empregador. No caso de horas extras devidas pelo empregador, o funcionário não teria o ponto como prova das horas trabalhadas.

Outros pontos aprovadas, que têm a ver com a liberdade econômica, que era o suposto objetivo principal da MP, são: garantias para a atividade econômica de livre mercado,

restrições ao poder regulatório do Estado, criação de direitos de liberdade econômica e regulamentação da atuação do Fisco federal.

Traduzindo: o texto libera pessoas físicas e empresas para desenvolver negócios considerados de baixo risco, que poderão contar com dispensa total de atos como licenças, autorizações, inscrições, registros ou alvarás.

### O que saiu do texto

- Descanso obrigatório aos domingos apenas **a cada sete semanas**.
- Previsão de que contratos de quem receber mais de 30 salários mínimos sejam regidos pelo direito civil, e não pelas regras trabalhistas.
- Permissão de trabalhos aos sábados, domingos e feriados em caso de necessidade do agronegócio.
- Fim do adicional de periculosidade para motoboys. A proposta estabelecia o fim do adicional de periculosidade de 30% para motoboys, mototaxistas e quem usa motocicleta para o exercício da profissão.
- Previsão de que multas sejam aplicadas por fiscais do trabalho apenas após a segunda visita, sendo a primeira educativa.
- Definição de que decisões trabalhistas sejam definitivas em primeira instância ao esgotar prazos de recursos.
- Previsão de que a Comissão de Valores Mobiliários poderia reduzir exigências para facilitar o acesso de companhias de pequeno e médio porte no mercado de capitais.
- Autorização para emissão de receitas digitais para compra periódica de um mesmo medicamento.

Fonte: CUT Nacional